

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS GRADUAÇÃO E PESQUISA
PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU* EM ESCOLA E COMUNIDADE

AGRADECIMENTO

Eu faltaria com a justiça se não expressasse aqui o meu amor, admiração e eterno agradecimento à minha irmã-companheira Najó, assim como,
Minha admiração e apreço pela dedicação e zelo da minha orientadora;
Meu eterno carinho ao meu amigo Paulo Neves e Gleise Passos, primeiros a segurar na minha mão e a me conduzir cientificamente;
Minha parceira de tantas jornadas literárias Liège Pantoja;
Minhas fontes de inspiração Nazaré Glória, Suan, Luan e Naitã;
E a quem eu amo incondicionalmente, Suanam.

Cidade Universitária “Prof. José Aloísio de Campos”, 28 de maio de 2010.

ESCOLA E COMUNIDADE: SENTIDOS E CONTRADIÇÕES DO PERTENCIMENTO

Jonaza Glória dos Santos*,
UFS, jonazagloria@gmail.com

Orientadora: Profª Drª Maria José Nascimento Soares

Resumo

A compreensão do sentido de comunidade e escola para alunos da 8ª série/9º ano do ensino fundamental da rede pública é o que norteia esta pesquisa, que visa investigar se os sentidos e as contradições mudam as relações que esses alunos tem com a sua escola e sua comunidade; quais sentimentos ligam os alunos ao lugar onde vivem, moram e estudam; as relações de pertencimento a partir da localização e as dificuldades de a escola inserir a comunidade no seu dia-a-dia. Investiga-se ainda quem são os atores dessa comunidade e como se constroem essas redes sociais para que a escola possa exercer sua função de formação do indivíduo junto com a família e as instituições democráticas que compreendem os espaços de construção da cidadania.

Palavras chaves: Escola, Comunidade, Pertencimento, Educação.

Résumé

La compréhension du sens de communauté et école pour les élèves de 8º/9º degrés - Enseignement Fondamental / Réseau Public - est le but de cette enquête qui veut rechercher si le sens et les contradictions changent les relations que les élèves ont avec l'école et la communauté où ils habitent et étudient; les relations d'appartenance par rapport la localisation et les difficultés de l'école d'introduire la communauté dans son quotidien. Encore, rechercher qui sont les acteurs de cette communauté, comment les réseaux sociaux sont construits pour que l'école puisse exercer sa fonction de former l'individu ensemble la famille et les institutions démocratiques qui font partie des espaces de construction de la citoyenneté.

Mots-clés: école, appartenance, communauté, éducation

* Professora Graduada em Letras Licenciatura Português / Francês e aluna do Curso de Especialização *lato sensu* Escola e Comunidade.

Introdução

Num período em que a mídia governamental faz um levante – Todos pela Educação – e ainda nos encontramos em Sergipe com praticamente um terço (52.378 dos 164.649)¹ dos alunos das séries finais do Ensino Fundamental da Educação Básica em distorção idade/série, é imprescindível que continuemos pesquisando as razões e consequências dessa disparidade. Entendemos que uma das possibilidades que contribuem para a elevação desses índices é a forma como estão construídas as redes sociais do aluno entre a sua Escola e a sua Comunidade. Nessa busca, pretendemos aprofundar os estudos sobre essas relações tentando desvendar o que significa ‘comunidade’ e ‘escola’ para alunos oriundos de duas localidades, sendo que um grupo estuda em uma escola localizada no centro de Aracaju-Sergipe, em confronto com a mesma significação para alunos de outra escola em um bairro popular. Este artigo pretende analisar, com base em dados obtidos mediante aplicação de questionários abertos, como se constroem as significações desses cânones instituidores tomando como princípio que a construção da educação² humana é um processo em que, indissociavelmente, estão envolvidas a escola, a família³ e a comunidade.

Foram aplicados questionários abertos com 58 (cinquenta e oito) alunos, sendo 29 alunos em cada escola: 10(dez) alunos do turno da manhã, 10(dez) do turno da tarde e 09 (nove) alunos do turno da noite, todos da 8ª série/ 9º ano do Ensino Fundamental. As escolas foram escolhidas pela localização; uma no bairro América, na zona oeste da cidade de Aracaju – Colégio Estadual Prof. Arício Fortes, onde há um histórico de comunidade diferenciado e a outra, o Colégio Estadual Professor Gonçalo Rollemberg Leite localizado no bairro Grageru, zona sul da capital. O 9º ano foi escolhido em função de representar o final de um ciclo – ensino fundamental para ensino médio – e ter nas séries subsequentes registros de matrículas inferiores aos concludentes do ensino fundamental.

Desenvolvimento

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), 1996, em seu inciso VI determina que cada escola deve “[...] articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola”, ou seja, elaborar sua proposta pedagógica ouvindo todos os envolvidos e interessados no processo da educação tendo como objetivo o que cada aluno precisa para crescer como estudante e cidadão. Pois,

na verdade, o texto legal busca levar a escola a criar mecanismos para operacionalizar o Art. 205 da Constituição Federal que define a educação como direito de todos e dever do Estado e da família e será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade (CARNEIRO, 1998, p.63).

Uma das dificuldades para esse intento é proporcionar o envolvimento de todos os interessados, ou seja, fazer com que a comunidade participe efetivamente da escola. Apesar da autonomia, que rege a administração escolar e, para adquiri-la, é necessário ter objetivos claros e saber como alcançá-los, somente com a participação comunitária é que construiremos uma identidade coletiva representativa. “[...] no fundo, o problema é que a escola tem um lugar na sociedade, mas a sociedade nem sempre tem lugar na escola” (CARNEIRO, 1998, p.62).

Partimos do pressuposto de que a comunidade é o lugar onde o indivíduo mora, exerce a sua civilidade e a sua cidadania, onde se pertence⁴ e de onde tem um entendimento coletivo de união. “[...] tal entendimento não é uma linha de chegada, mas o ponto de partida de toda união. É um “sentimento recíproco e vinculante” – “a vontade real e própria daqueles que se unem” (BAUMAN, 2003, p. 15).

Esse entendimento natural⁵ de união é muito mais sentido do que vivenciado, visto que há o sentimento de ser coletivo, mas não há a prática do viver em coletivo. Os depoimentos apontam para essa subjetividade e distorção na medida em que a grande maioria dos alunos partilha o sentido do coletivo, mas não participa das atividades comunitárias, como salientamos nos fragmentos abaixo retirados do questionamento quanto ao significado de comunidade:

Lugar onde se partilham opiniões (A22, 15 anos) ⁶.

Lugar de harmonia e cooperação para o bem de todos (Léo, 14 anos).

Pessoas que andam unidas, que desenvolvem atividades juntas (D4, 13 anos).

É um conjunto de pessoas de diferentes culturas acatando um só lugar (I9, 18 anos).

Comunidade pra mim é interagir com as pessoas para que juntos possam apresentar melhorias na comunidade, ajudar as pessoas para que possamos morar em um bairro unido (M13, 15 anos).

Esse entendimento se baseia nos “[...] significados e sensações que a palavra comunidade carrega” (BAUMAN, 2003, p.7). Isto porque, o sentido da palavra é sempre positivo, nos remete a um nós cheio de pessoas que nos querem bem e de boa vontade para com as diferenças, a exemplo de como expressa o aluno sobre a questão, “[...] pessoas que ajudam uns aos outros e não tem diferenças entre eles. Seja de qualquer cor, o importante é o bem de todos” (Y, 16 anos). Sentido de cooperação mútua que evoca segurança e confiança. Naturalmente é internalizado e não mais repensado, nem monitorado ou controlado. A natureza da comunidade está no âmbito do subjetivo. É sempre o que gostaríamos que fosse, não é o que foi nem é o que temos, é algo que queremos.

A comunidade é um lugar cálido, um lugar confortável e aconchegante. É como um teto sob o qual nos abrigamos da chuva pesada, como uma lareira diante da qual esquentamos as mãos num dia gelado. [...] “Comunidade” é o tipo de mundo que não está, lamentavelmente, a nosso alcance – mas no qual gostaríamos de viver e esperamos vir a possuir (BAUMAN, 2003, p. 7 - 9).

Ao não refletir sobre a comunidade realmente existente o interlocutor se priva do questionamento e da fatal perda da inocência que lhe exigiria uma tomada de ações e o consequente desencantamento.

As Escolas e suas circunstâncias

Não podemos falar em Colégio Estadual Professor Arício Fortes sem falar na história do bairro América, zona oeste de Aracaju. Esse bairro já teve suas demarcações geográficas indo desde o atual bairro Ponto Novo até os limites do atual bairro José Conrado de Araújo, e do bairro Siqueira Campos até o limite do município de São Cristóvão. Nessa época essa área era totalmente rural. Mas não é a sua inicial grandiosidade que marca a sua história e sim a instalação da primeira Penitenciária Modelo⁷ em suas terras. E junto com a penitenciária veio à urbanização da área. Assim,

a penitenciária foi o primeiro centro de atração de pessoas para aquela área. Parentes de detentos do interior e até de outros estados, além de ex-detentos, foram ocupando desordenadamente as imediações do presídio. A paisagem foi se modificando. Aquilo que era área rural foi se transformando em um aglomerado de pequenas casas de taipa cobertas de palha de coqueiro ou de pindoba (ROCHA et al, 2009, p.13).

O bairro foi durante algum tempo sede do Esquadrão de Cavalaria e atualmente abriga as instalações do Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças da Polícia Militar – CFAP, e com eles vieram, como moradores, os policiais e suas famílias. Toda essa população povoou o bairro América e ele passou quase duas décadas mergulhado na violência, no tráfico de drogas e na ação do Esquadrão da Cavalaria da Polícia Militar. Após esse período nefasto alguns fatores começaram a mudar a cara do bairro:

A crise de moradia e o baixo poder aquisitivo levaram muitos moradores a migrarem do B.A. para os grandes conjuntos habitacionais que foram construídos na periferia e na área suburbana de Aracaju (ROCHA et al, 2009, p.13).

Em 1996 foi implantado o projeto-piloto do 1º Posto Comunitário de Polícia/PAC do Nordeste, exatamente no bairro América por nessa época ser um dos mais violentos de Aracaju. A escolha se deu também “[...] em função da comunidade possuir tradição de organização e de participação social” (2009, p. 52) como a criação do Conselho de Bairro/CONSEB. A instalação da polícia comunitária, a participação popular associadas aos outros fatores, inclusive a intervenção e participação ativa dos

frades da igreja de São Judas Tadeu foi determinante para que os índices de violência baixassem. A ação conjunta da sociedade civil organizada, mais a ação estatal e a igreja mudaram a cara da violência do bairro América.

Inicialmente criada como Escola Normal Professor Arício Fortes em 1972, passou a Escola de 1º Grau Professor Arício Fortes em 1979, e em 1993 à Escola de 1º e 2º Grau Professor Arício Fortes. Em 1994 passou a denominar-se Colégio Estadual Professor Arício Fortes e em 1997 foi desmembrado em três unidades de ensino: a Escola Estadual Dom José Vicente Távora que oferece Ensino Fundamental menor do 1º ao 5º ano, a Unidade de Pré-Escolar Mestre Euclides que oferece Educação Infantil e, atualmente o Colégio Estadual Professor Arício Fortes que oferece o Ensino Fundamental e o antigo 2º grau, hoje ensino Médio. Já contou com 1.200 (um mil e duzentas) matrículas, hoje funciona com aproximadamente 791 (setecentos e noventa e uma) matrículas nos 03 (três) turnos distribuídas em 25 turmas.

O corpo administrativo é composto por 01 (um) diretor, 43(quarenta e três) professores, 02 (dois) coordenadores pedagógicos, 01 (um) secretário, 04 (quatro) vigilantes que alternam suas funções como porteiros, 01 (um) porteiro, 06 (seis) pedagogos. Conta com uma estrutura física assim distribuída: sala de diretoria, secretaria, sala de professores, laboratório de informática, laboratório pedagógico, refeitório, cozinha, depósito de alimentos, sala de instrumentos que se alterna com as ações do Grêmio, sala de arquivo morto e almoxarifado que funciona como depósito e sanitários. A escola não possui quadra de esporte. Todos os cargos de confiança são indicados pelo Secretário de Educação. O Conselho da Escola é composto pelo diretor e um representante: dos professores, dos pais/mães de aluno, dos servidores, da Associação de Moradores e outro professor que é o presidente do conselho, que se reúne 02 (duas) vezes por semestre, 04 (quatro) vezes por ano, caso não haja nenhuma ação extraordinária. A 8ª série/9º ano, objeto da pesquisa, tem nos três turnos 77(setenta e sete) alunos, assim distribuídos: 44 alunos no turno da manhã, 19 no da tarde e 14 no turno da noite.

A outra escola pesquisada é o Colégio Estadual Professor Gonçalo Rollemberg Leite, situado na zona sul da capital, na Av. Franklin de Campos Sobral, 1675, no bairro Grageru, mantido pelo Governo Estadual, foi criado pelo Decreto nº3907 de 27/12/1977 e fundado em 24 de fevereiro de 1979. O Conselho Estadual efetivou autorização para funcionamento do ensino fundamental da 5ª à 8ª séries na Resolução 141/81 e o Ato de Reconhecimento, na Resolução 124/92. A autorização para funcionamento do ensino

médio está na Resolução 197/90 e o Ato de Reconhecimento, na Resolução 392/94 do egrégio Conselho Estadual de Educação.

A escola se insere na rede pública estadual do Estado de Sergipe de Educação Regular que funciona nos turnos matutino, vespertino e noturno; ofertando as modalidades Ensino Fundamental II, Ensino Médio e Ensino profissionalizante, totalizando uma matrícula de 1.678 (um mil, seiscentos e setenta e oito alunos) em 2009. Possui uma área total de 2.122.800 m², com 345.809 m² de área construída, estruturada com as seguintes dependências: Diretoria, Secretaria, Sala de Coordenação, Sala de professores, Biblioteca, Laboratório de informática, Laboratório científico, Refeitório, Quadra de Esportes, Sanitários, Comitê pedagógico, Sala de Leitura, Almoxarifado, Arquivo, Sala de Vídeo, Salas de Aula, Sala de GRD, Cantina, Cozinha e Laboratório de Artes.

A equipe docente é composta de 51 (cinquenta e um) professores, em sua maioria com nível superior e com pós-graduação, a equipe diretiva é composta por um diretor e três coordenadores, o comitê pedagógico com dez pedagogas e o comitê comunitário, com todos os membros.

As diferentes localizações revelam uma distância não só geográfica, mas também distâncias políticas, que vão desde a conservação da escola – onde são visíveis as diferenças físicas – até a composição das dependências. O que nos leva a concluir que não basta ser pública para contar com ações positivas.



Fachada do Colégio Estadual Professor Gonçalves Rollemberg Leite
Fonte: Arquivo Pessoal



Fachada do Colégio Estadual Professor Arício Fortes
Fonte: Arquivo Pessoal

Escola e Comunidade

Dentro do contexto de sentido coletivo está inserida a escola na sua função precípua de formar o cidadão; mas o relatório da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura revelam que “[...] a despeito dos esforços empreendidos no sentido de democratizar a educação, historicamente, a escola cumpriu uma função social excludente” (PENIN e VIEIRA, 2002, pp.15). As estatísticas indicam que ainda há no Brasil 14, 247 milhões de analfabetos⁸.

Na função de formar o cidadão nos deparamos com algumas contradições consideráveis: “[...] a função da escola em nossos dias é instruir, ou seja, transmitir conhecimentos? Ou é educar, isto é formar integralmente uma pessoa?” (GALLO, 2000, pp. 17). Educar, formar ou instruir sempre serão processos coletivos, indissociáveis da família e de cânones instituidores, que permeiam a vida do indivíduo, até porque, se

a administração da unidade escolar, se ela não inclui a comunidade, corre o risco de constituir apenas mais um arranjo entre os funcionários do Estado, para atender a interesses que, por isso mesmo, dificilmente coincidirão com os da população usuária (PARO, 2007, pp. 16).

A comunidade – e entenda-se aqui o conjunto de pais, mãe e/ou responsáveis ou todos aqueles usuários da escola sejam pelos motivos que forem – na contrapartida, se exime das responsabilidades que lhe cabe nessa relação com a Escola. As reuniões dos Conselhos Escolares são esporádicas e esvaziadas, não há projetos desenvolvidos nas escolas que tragam as famílias para dentro dos muros, não há participação da escola nos projetos desenvolvidos na comunidade e 64% (sessenta e quatro) dos entrevistados não participam de nenhuma atividade comunitária, ficando parte do restante com participações no âmbito religioso. Quanto a representação social de família, essa “[...] repousa na concepção sobre a existência do casal e sua essência é representada na relação pais-filhos” (OSÓRIO apud ANDRADE, 2006, pp. 03), e também está alicerçada na idéia de que, sendo o primeiro núcleo social do indivíduo, é a sua fonte de saberes, de onde sai à noção de êxito ou fracasso. Assim, a família é a primeira comunidade a que o indivíduo pertence, logo, os primeiros sentidos de coletividade se construirão a partir daí.

Mas contraditoriamente, há nos dois grupos pesquisados somente a ingênua idéia de que a escola, sozinha, é o lugar de salvação para os menos favorecidos, como apontam os fragmentos abaixo no que tange à representação da escola para a comunidade:

lugar de melhor ensino, porque as escolas da minha comunidade são fracas (Léo, 14 anos)

um dos meios de ensino educacional para família que não tem condição financeira para pagar colégio particular (A1, 15 anos).

oportunidade de aprender e crescer, com ensino de qualidade, incentivando os alunos a crescerem profissionalmente (Belly, 16 anos).

muita coisa, principalmente pra quem não tem condição financeira (C3, 15 anos).

Esses dilemas nos levam ao âmago da questão da participação da comunidade na gestão democrática da escola pública que se encontra travada, ora pelo discurso liberalizante dos diretores nomeados e que se dizem democráticos quando concedem ou permitem que pais, professores ou funcionários participem desta ou daquela decisão, ora pela falta de engajamento dos pais e/ou responsáveis – entenda-se aqui comunidade – em participar, em estar na escola e fazer prevalecer o seu direito de decidir e contribuir nos caminhos que a escola vai seguir. E ao falarmos de uma comunidade periférica construída sob bases sócio-econômicas desiguais, aumenta a responsabilidade da escola nesta ponte, até porque,

cada escola, seja ela qual for o seu grão, dos jardins às universidades, deve, reunir em torno de si as famílias dos alunos, estimulando as iniciativas dos Paes em favor da educação; constituindo sociedades de ex-alunos que mantenham relação constante com as escolas; utilizando, em seu proveito, os valiosos e múltiplos elementos materiais e espirituais da colectividade e despertando e desenvolvendo o poder de iniciativa e o espírito de cooperação social entre os Paes, os professores, a imprensa e todas as demais instituições directamente interessadas na obra da educação (GHIRALDELLI JR. apud PENIN e VIEIRA, 2002, pp. 17).

Os diversos interesses contraditórios presentes nas relações que se dão no espaço escolar não eximem o aluno das suas parciais responsabilidades sobre algumas

dificuldades que também estão inseridas nesse contexto, que vão desde a conservação física da escola - o que demonstra uma inversão de valores quanto ao princípio universal de cuidar bem do que é importante até aos motivos que os levam a escolha da própria escola. Nessa escolha, se excluindo as preocupações relativas à segurança e a comodidade da proximidade da residência, a maioria das opiniões confirmam os interesses contraditórios quanto ao objetivo fim da escola, conforme os fragmentos das respostas dos alunos das instituições pesquisadas:

pela qualidade no ensino, seriedade e respeito com os alunos, juntos formando a respeitada família (Fael, 16 anos).

porque eu quero terminar os estudos não importa a escola (L12, 15 anos).

porque meus pais não podem pagar uma escola particular e esta é uma das melhores na rede pública de ensino (17).

ninguém queria que eu estudasse aqui, mas eu quis, não queria ir pra longe da minha casa (A2- 28, 16 anos).

porque todas as minhas amigas estudam comigo (A3-29, 14 anos).

É dessa inocente, e às vezes superficial multiplicidade de sentidos que se constrói a relação intrínseca entre o aluno e a escola. A partir dela, se define a postura e a ação desse sujeito frente à escola.

Todos pela Educação – Todos quem exatamente?

Abordar o tema escola e comunidade nos obriga a depararmo-nos com o já desgastado impasse entre os motivos que cada segmento tem para participar ou não, contribuir ou não, fazer ou não a sua parte; sejam os professores mergulhados nas suas justas crises político-sindicais por melhores condições de salários, trabalho e, atualmente segurança; sejam os pais nas suas reais impossibilidades temporais e financeiras de contribuir e participar das atividades escolares e coletivas; seja o estado na sua sempre recessão em articular políticas que estimulem o profissional da educação. Apesar disso, os envolvidos no processo da educação reclamam em seus discursos que a

maior evidência da imprescindibilidade da participação popular nas instâncias onde se dá o oferecimento de serviço pelo Estado parece estar na construção da fragilidade de nossa democracia liberal, que restringindo a participação da grande maioria da população ao momento do voto, priva-a de processos que, durante os quatro ou cinco anos de mandato, permitiriam controlar as ações dos governantes no sentido de atender aos interesses das camadas populares (PARO, 2007, pp. 16).

Na busca de caminhos para equacionar o impasse, a ressignificação da escola e a participação das demais instituições sociais no processo de aprendizagem dos jovens na contemporaneidade são uma necessidade urgente para repensarmos os problemas deste já estabelecido “fracasso escolar”, entendido aqui como a distorção idade/série que culmina na desistência e/ou repetição. Jaqueline Moll nos apresenta uma possibilidade de análise desse contexto menos pontual que as tradicionais práticas pedagógicas, apresentando a comunidade de aprendizagem ou cidade educadora. Para a autora, a escola vive uma crise decorrente do moderno modo de vida, ou crise da modernidade, e como tem intrínsecos os processos de industrialização e urbanização precisa ser resignificada como instituição social.

O que começou com a escola nova e a escola construtivista precisa ser ampliado para as demais instituições democráticas: associações de bairros, grupos ecológicos, empresariado, clubes de serviço, sindicatos, partidos políticos, etc. Todos envolvidos em um novo pacto social e educativo, de forma que

a educação das novas gerações seja responsabilidade de todos os que coabitam no mesmo espaço, mas também em escala planetária. A partir dessa visão local e global, é necessário, para não dizer urgente, que comecemos o diálogo, para além das instituições escolares, sobre nossos projetos educativos (MOLL, Op. Cit.)⁹.

Esse movimento de resignificação da escola e das instituições sociais e democráticas nos permite reinventar a escola, a cidade e nelas a comunidade como lugares comuns de convivência e de discussão sobre os olhares e as práticas desses organismos com relação aos jovens e as crianças. Jacqueline Moll exemplifica com um Projeto Educativo de Cidade desenvolvido em Barcelona em 1998 que teve como linhas estratégicas: dimensão social, igualdade de oportunidades, formação profissional, cidadania ativa, sustentabilidade e qualidade de vida, inovação, conhecimento e qualificação e sistema educativo. Essas ações sustentaram um novo pacto educativo repensando a cidade como um conjunto de ações voltadas para

o uso dos espaços urbanos, a disponibilização de tempo para as novas gerações, bem como a afirmação de novos horizontes e compromissos por parte da comunidade especificamente escolar. Assim, todos os que vivem na cidade convertem-se em educadores (Ibid).

Mas para a efetivação desse projeto é imprescindível a intermediação da escola como interlocutora da comunidade mais local, principalmente periférica. E nesse ponto entra em questão a identidade do projeto pedagógico da escola com as pessoas que vivem na comunidade, o diálogo entre comunidade e escola, o conhecimento da escola sobre os espaços de convivência e os atores sociais da comunidade. A participação efetiva da comunidade na escola e da escola na comunidade; a atuação e a presença da família nos espaços escolares são decisivas para essa construção coletiva com vistas a compensar as perdas de sentido que são geradas pelo fato de a lotação dos professores, por parte das secretarias de educação, não levar em consideração os seus locais de moradia. Há estudos no bairro América que demonstram que o professor que não conhece as especificidades da comunidade tem dificuldade de se identificar e construir saberes tendo-o como referência ou fonte. Dentre essas resignificações devemos discutir também o papel da escola como sociabilizadora dos saberes, experiências e modos de vida construídos pela humanidade, função que camufla e inibe a participação de outras instituições e atores sociais.

Com base nas análises da pesquisa realizada podemos inferir que os sentidos e as contradições da escola e da comunidade estão presentes de forma distorcida na significação que os professores, pais e alunos – comunidade, tem dessas instituições e essa distorção limita as ações de todos os envolvidos no processo escolar dificultando sobremaneira a construção dessa rede ideal necessária à educação.

NOTAS

¹ Dados extraídos do site: <http://ideb.inep.gov.br/Site>, referentes a 2009.

² Segundo o dicionário Aurélio: Educação *sf.* Processo de desenvolvimento da capacidade física, intelectual e moral do ser humano. E conforme a LDB 9394/96 no Art. 1º - A educação abrange os processos formativos que desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

³ A conceituação de família encontra obstáculos, pois esta apresenta várias estruturas ou modalidades no decorrer da história humana, mesmo hoje coexistem diferentes formações familiares, mas a concepção de família repousa sobre a existência do casal e sua essência é representada na relação pais-filhos (OSÓRIO, 1996).

⁴ Pertencimento, ou o sentimento de pertencimento é a crença subjetiva numa origem comum que une distintos indivíduos. Esse sentimento de pertencimento pode ser reconhecido na forma como um grupo que desenvolve sua atividade de produção, manutenção e aprofundamento das diferenças, cujo significado é dado por eles próprios em suas relações sociais. Quando a característica dessa comunidade é sentida subjetivamente como comum, que pode ser a ascendência comum surge o sentimento de "pertinência", de pertencimento, ou seja, há uma comunidade de sentido. (<http://www.esmpu.gov.br/dicionario/tiki-print.php?page=Pertencimento>)

⁵ Através do conceito do “circulo aconchegante” de Göran Rosenberg empregamos aqui o termo natural com o sentido de que “[...] as lealdades humanas, oferecidas e normalmente esperadas dentro do “circulo aconchegante”, não derivam de uma lógica social externa ou de qualquer análise econômica de custo-benefício” (BAUMAN, 2003, p. 16).

⁶ Iremos utilizar símbolos (A22, X, Z, Y entre outros) seguido da idade para salvaguardar a identidade dos sujeitos pesquisados.

⁷ A Penitenciária Modelo do Estado de Sergipe ou Reformatório Penal foi criada oficialmente através da Lei 943 de 09 de outubro de 1926 no governo Graccho Cardoso. O local escolhido para sua construção foi na então zona rural de Aracaju, ao oeste da cidade, no “Alto da Pindaíba”, no atual bairro América.

⁸ <http://www.agora.uol.com.br/brasil/ult10102u626246.shtml>, acessado em 27/05/2010.

⁹ aprendiz.uol.com.br/downloads/educacao.../reinventar.doc, acessado em 27/05/2010.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. L. **Uma relação muito delicada: escola e comunidade**. Disponível em www.anped.org.br/25/excedentes25/adirluzalmeida, acessado em 19/05/2010.

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos Ideológicos do Estado**: notas sobre os aparelhos ideológicos e Estado; Tradução de Walter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro; Introdução crítica de José Augusto Guilhaon Albuquerque. Rio de Janeiro, RJ: Edições Graal, 1983.

ALVES, Neide... [et al.]; FERRAÇO, Carlos Eduardo. **O sentido da Escola**. 3ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

ANDRADE, Ana Paula Chaplin. “Concepção Familiar quanto às condições de permanência de sua prole em abrigos de Aracaju”. Monografia de Graduação : Curso de Psicologia : UNIT/2006.1.

BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade**: a busca por segurança no mundo atual; Tradução Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

BOURDIEU, Pierre. **A Escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura**. In: NOGUEIRA, Maria Alice. CATANI, Afrânio. (Orgs.). Escritos de Educação. Petrópolis, RJ : Vozes, 1998.

CARNEIRO, Coaci A. **LDB fácil**: leitura crítico-compreensiva artigo a artigo. 3ª Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998, pp. 61-64.

DAVIS, Cláudia... [et al.]; VIEIRA, Sofia L. (org.). **Gestão da escola**: desafios a enfrentar. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

<http://revistaescola.abril.com.br/gestao-escolar/diretor/escola-cara-comunidade-423085.shtml>, acessado em 19/05/2010.

OLIVEIRA, Valtênio Paes de. **LDBEN Comentada**. Porto Alegre: Redes, 2009, pp. 15.

OSÓRIO, L. C. **Família Hoje**. São Paulo: Artes Médicas, 1996.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão democrática da escola pública**: Participação da comunidade na gestão democrática da escola pública. Série Educação em Ação, 3ª ed. Ática, 2007, pp. 15-28.

ROCHA, Emanuel S. CORRÊA, Antônio Wanderley de M. **Bairro América**: A saga de uma comunidade. Aracaju, SE: Info Graphics, 2009.

SILVA, Jair Militão da. **A autonomia da escola pública**. Campinas: Papirus, 1996.